



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Edital Nº 63/2015, de 04 de maio de 2015

## CADERNO DE QUESTÕES

# » CÓDIGO 33 «

## Técnico em Arquivo

### NÍVEL D

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 50 (cinquenta) questões, distribuídas da seguinte forma:  
Questões de 01 a 15: Língua Portuguesa;  
Questões de 16 a 25: Legislação do Serviço/Servidor Público Federal;  
Questões de 26 a 30: Noções de Informática;  
Questões de 31 a 50: Conhecimentos Específicos.
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão, são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá escolher **apenas uma** e, utilizando **caneta esferográfica de corpo transparente na cor azul ou preta**, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- O candidato terá o **tempo máximo de 04 (quatro) horas** para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.
- **Não haverá substituição** deste caderno nem do cartão-resposta, sob qualquer hipótese.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

**BOA PROVA!**

COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS PÚBLICOS

# CONHECIMENTOS GERAIS

## LÍNGUA PORTUGUESA

### » Técnico em Arquivo - CÓDIGO 33 «

#### TEXTO I

#### Concertos de leitura

Penso que, de tudo o que as escolas podem fazer com as crianças e os jovens, não há nada de importância maior que o ensino do prazer da leitura. Todos falam na importância de alfabetizar, saber transformar símbolos gráficos em palavras. Concordo. Mas isso não basta. É preciso que o ato de ler dê prazer. As escolas produzem, anualmente, milhares de pessoas com habilidade de ler mas que, vida afora, não vão ler um livro sequer. Acredito piamente no dito do evangelho: "No princípio está a Palavra...". É pela palavra que se entra no mundo humano. (...)

As razões por que as pessoas não gostam de ler, eu as descobri acidentalmente muitos anos atrás. Uma aluna foi à minha sala e me disse: "Encontrei um poema lindo!". Em seguida disse a primeira linha. Fiquei contente porque era um de meus favoritos. Aí ela resolveu lê-lo inteiro. Foi o horror. Foi nesse momento que compreendi. Imagine uma valsa de Chopin, por exemplo a vulgarmente chamada "do minuto". Peço que o pianista Alexander Brailowski a execute. Os dedos correm rápidos sobre as teclas, deslizando, subindo, descendo. É uma brincadeira, um riso. Aí eu pego a mesma partitura e peço que um pianista a execute. As notas são as mesmas. Mas a valsa fica um horror: tropeções, notas erradas, arritmias, confusões. O que a gente deseja é que ele pare. Pois a leitura é igual à música. Para que a leitura dê prazer é preciso que quem lê domine a técnica de ler. A leitura não dá prazer quando o leitor é igual ao pianista: sabem juntar as letras, dizer o que significam — mas não têm o domínio da técnica. O pianista dominou a técnica do piano quando não precisa pensar nos dedos e nas notas: ele só pensa na música. O leitor dominou a técnica da leitura quando não precisa pensar em letras e palavras: só pensa nos mundos que saem delas; quando ler é o mesmo que viajar. E o feitiço da leitura continua me espantando. Faz uns anos um amigo rico me convidou para passar uns dias no apartamento dele em Cabo Frio. Aceitei alegre, mas ele logo me advertiu: "Vão também cinco adolescentes...". Senti um calafrio. E tratei de me precaver. Fui a uma casa de armas, isto é, uma livraria, escolhi uma arma adequada, uma versão simplificada da Odisséia, de Homero, comprei-a e viajei, pronto para o combate. Primeiro dia, praia, almoço, modorra, sesta. Depois da sesta, aquela situação de não saber o que fazer. Foi então que eu, valendo-me do fato de que eles não me conheciam, e falando com a autoridade de um sargento, disse: "Ei, vocês aí. Venham até a sala que eu quero lhes mostrar uma coisa!". Eles obedeceram sem protestar. Aí, comecei a leitura. Não demorou muito. Todos eles estavam em transe. Daí para a frente foi aquela delícia, eles atrás de mim pedindo que continuasse a leitura. Ensina-se, nas escolas, muita coisa que a gente nunca vai usar, depois, na vida inteira. Fui obrigado a aprender muita coisa que não era necessária, que eu poderia ter aprendido depois, quando e se a ocasião e sua necessidade o exigisse. É como ensinar a arte de velejar a quem mora no alto das montanhas... Nunca usei seno ou logaritmo, nunca tive oportunidade de usar meus conhecimentos sobre as causas da Guerra dos Cem Anos, nunca tive de empregar os saberes da genética para determinar a prole resultante do cruzamento de coelhos brancos com coelhos pretos, nunca houve

ocasião que eu me valesse dos saberes sobre sulfetos. Mas aquela experiência infantil, a professora nos lendo literatura, isso mudou minha vida. Ao ler — acho que ela nem sabia disso — ela estava me dando a chave de abrir o mundo. Há concertos de música. Por que não concertos de leitura? Imagino uma situação impensável: o adolescente se prepara para sair com a namorada, e a mãe lhe pergunta: "Aonde é que você vai?". E ele responde: "Vou a um concerto de leitura. Hoje, no teatro, vai ser lido o conto A terceira margem do rio, de Guimarães Rosa. Por que é que você não vai também com o pai?". Aí, pai e mãe, envergonhados, desligam o Jornal Nacional e vão se aprontar...

(Adaptado de: ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Editorial Loyola, 1996.)

1. Para o autor do Texto I, o prazer da leitura:
  - a) Independe da influência de outrem.
  - b) Está intrinsecamente ligado ao processo de decodificação das palavras.
  - c) Associa-se à prática cotidiana que possibilita a pronúncia correta das palavras.
  - d) É despertado na sala de aula, por meio de atividades que analisam a estrutura da língua.
  - e) Resulta da arte de ultrapassar o registro literal e procurar sentido fora do texto escrito.
  
2. Sobre a função da escola no desenvolvimento do prazer de ler, o Texto I assim se posiciona:
  - a) É necessário que as escolas invistam maciçamente na estruturação de boas bibliotecas.
  - b) Há uma convergência entre aquilo que se ensina nas escolas e a formação do leitor competente.
  - c) Professores com formação incompleta não conseguem despertar nos alunos o prazer da leitura.
  - d) O desequilíbrio entre a formação escolar e a aplicabilidade dos conhecimentos na vida prática é um desestímulo às realizações da leitura por prazer.
  - e) O desenvolvimento da habilidade leitora, vivenciado pela prática da decodificação, é suficiente para a formação de leitores proficientes.
  
3. No Texto I, a referência ao pianista e ao pianista marca, respectivamente, a OPOSIÇÃO entre:
  - a) Prazer x dever.
  - b) Experiência x inexperiência.
  - c) Técnica x sensibilidade.
  - d) Experiência x autodidatismo.
  - e) Conhecimento de mundo x formação escolar.

4. Embora se utilize da norma culta da língua, o Texto I traz palavras e expressões que denotam certa coloquialidade, a exemplo da seguinte passagem:
- a) “Todos eles estavam em transe.”
  - b) “Primeiro dia, praia, almoço, modorra, sesta.”
  - c) “É pela palavra que se entra no mundo humano.”
  - d) “Aí eu pego a mesma partitura e peço que um pianista a execute.”
  - e) “Faz uns anos um amigo rico me convidou para passar uns dias no apartamento dele em Cabo Frio.”
5. O trecho “Nunca usei seno ou logaritmo, nunca tive oportunidade de usar meus conhecimentos sobre as causas da Guerra dos Cem Anos, nunca tive de empregar os saberes da genética para determinar a prole resultante do cruzamento de coelhos brancos com coelhos pretos, nunca houve ocasião que eu me valesse dos saberes sobre sulfetos” se refere aos currículos escolares, caracterizando-os a partir de sua:
- a) Inocuidade.
  - b) Insalubridade.
  - c) Insociabilidade.
  - d) Insondabilidade.
  - e) Intersubjetividade.
6. A ausência do acento gráfico NÃO provoca, em pelo menos uma palavra, alteração de classe gramatical em:
- a) Está, é, dá.
  - b) Daí, têm, dê.
  - c) Aí, daí, delícia.
  - d) Música, até, princípio.
  - e) Delícia, experiência, dê.
7. Com relação à organização e à estrutura textual, no Texto I, predomina a intenção de:
- a) Propor normas para o ensino da leitura.
  - b) Informar aos adolescentes a necessidade de se conhecer os clássicos.
  - c) Apresentar dados estatísticos que comprovam a ausência de leitura nas escolas.
  - d) Discutir o papel da escola no desenvolvimento da leitura como atividade de deleite.
  - e) Alertar alunos e professores sobre a necessidade de compreensão vocabular no ato da leitura.

8. “Penso que, de tudo o que as escolas podem fazer com as crianças e os jovens, não há nada de importância maior que o ensino do prazer da leitura.” A articulação entre os dois trechos destacados evidencia uma relação de:
- Anulação.
  - Oposição.
  - Dubiedade.
  - Equivalência.
  - Especificação.
9. No trecho “Primeiro dia, praia, almoço, modorra, sesta”, a ausência de verbos
- caracteriza ruptura com a norma culta escrita.
  - justifica-se pela noção atemporal dos acontecimentos.
  - mantém um padrão gramatical adotado na maior parte do texto.
  - consiste em um problema de coesão, uma vez que as orações não existem sem verbos.
  - é suprida pela presença de expressões nominais que garantem a sequência de ações vivenciadas pelo narrador.
10. Há a presença de complemento verbal em todas as alternativas abaixo, EXCETO em:
- Vou a um concerto de leitura.
  - Os dedos correm rápidos sobre as teclas.
  - Acredito piamente no dito do evangelho.
  - [...] que eu me valesse dos saberes sobre sulfetos.
  - As razões por que as pessoas não gostam de ler.
11. Considere as seguintes passagens:
- Faz** uns anos um amigo rico me convidou para passar uns dias no apartamento dele.
  - Ensina-se**, nas escolas, muita coisa que a gente nunca vai usar, depois, na vida inteira.

No que diz respeito às formas verbais em destaque, é CORRETO o que se afirma em:

- A expressão “ensina-se”, em II, concorda com “nas escolas”.
- Em ambas as ocorrências, os verbos deveriam ser utilizados no plural.
- Em I, a expressão “uns amigos ricos” obrigaria o uso do verbo no plural.
- Em I, a expressão no plural “uns anos” justificaria o uso facultativo de “fazem”.
- Se a expressão “muita coisa” estivesse no plural, a forma verbal “ensina-se” também sofreria a mesma alteração.

TEXTO II



(Disponível em: <http://leituramelhorviagem.wordpress.com/2012/06/08/tirada-do-dia-calvin/calvin07/>. Acesso em: 05 jun. 2015.)

12. Comparando-se o Texto II com o Texto I, só NÃO se pode afirmar que:

- Nos dois textos, há a presença de trechos dialogados.
- Ambos os textos se utilizam do mesmo gênero e mesma temática.
- O Texto II, diferentemente do Texto I, utiliza linguagem não verbal.
- Ambos se utilizam de sinais gráficos para marcar ocorrências próprias da oralidade.
- Assim como o Texto I, o Texto II revela que a leitura prazerosa é aquela que envolve o leitor.

TEXTO III

A cada nova geração, renova-se a sensação de que nas passadas se lia mais e se fazia menos sexo. Duplo engano. A rapaziada, em todos os tempos, foi com igual ímpeto ao pote. A razão POR QUE a leitura parece estar em baixa é que estamos em plena era da internet. Só parece. Pois o que se vê é a multiplicação dos jovens que gostam de LER, reconhecendo que um bom texto ainda É, para a vida pessoal e profissional, um instrumento DECISIVO.

Revista Veja, 18 de maio de 2011.

13. Na passagem “A rapaziada, em todos os tempos, foi com igual ímpeto ao pote”, a seleção do vocabulário:

- Distorce o sentido pretendido pelo enunciado.
- Estabelece uma discussão sobre os jovens do sexo masculino.
- Atribui um tom descontraído ao texto, em função da temática de que trata.
- Destoa do nível linguístico necessário a um veículo de comunicação de massa.
- Restringe o entendimento da mensagem a um público-alvo determinado previamente.

14. Considerando a possibilidade de inversão dos termos do período “A rapaziada, em todos os tempos, foi com igual ímpeto ao pote.”, o uso da vírgula, conforme a norma culta, estaria INCORRETO em:

- a) Em todos os tempos, a rapaziada, foi com igual ímpeto ao pote.
- b) Com igual ímpeto, a rapaziada foi ao pote, em todos os tempos.
- c) A rapaziada foi, com igual ímpeto, ao pote em todos os tempos.
- d) Em todos os tempos, a rapaziada, com igual ímpeto, foi ao pote.
- e) Ao pote, com igual ímpeto, foi a rapaziada em todos os tempos.

15. Considere a seguinte passagem:

"A razão por que a leitura parece estar em baixa é que estamos em plena era da internet."

Agora, considerando a ortografia do termo em destaque, julgue as frases abaixo, assinalando V, para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso:

- ( ) Porque a leitura parece estar em baixa?
- ( ) A leitura parece estar em baixa, por que?
- ( ) O porquê da leitura estar em baixa é a internet.
- ( ) Não se sabe por quê a leitura parece estar em baixa.
- ( ) Por que estamos em plena era da internet, a leitura está em baixa.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V, V, F.
- b) V, V, F, F, F.
- c) F, F, V, F, F.
- d) F, F, V, V, V.
- e) F, V, F, V, F.

## LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

### » Técnico em Arquivo - CÓDIGO 33 «

16. Quanto à nacionalidade, nos termos dispostos no artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa CORRETA:
- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros que estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
  - b) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos, e sem condenação penal, ainda que não requeiram a nacionalidade brasileira.
  - c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo nos casos de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - d) É privativo de brasileiro nato o cargo de Procurador Geral da República.
  - e) Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, sempre serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.
17. Com base nos artigos 39 e 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as proposições abaixo.
- I. Às servidoras abrangidas pelo regime de previdência, é garantida a aposentadoria voluntária aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
  - II. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos.
  - III. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
  - IV. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos obedecerá a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
  - V. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime especial de previdência social.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II, III e V, apenas.
- d) I, III, IV e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

18. De acordo com os artigos 205, 206 e 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue as assertivas seguintes, utilizando V, para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso.

- ( ) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- ( ) O ensino será ministrado com base no princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, desde que compatíveis com o Plano Nacional de Direitos Humanos.
- ( ) O princípio da valorização dos profissionais da educação escolar garante, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos servidores das redes públicas.
- ( ) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal disposição, no entanto, não é aplicável aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, diferenciando tais instituições de ensino.

A sequência CORRETA é:

- a) V, F, F, F.
  - b) F, V, F, V.
  - c) V, F, V, F.
  - d) F, F, V, V.
  - e) V, V, V, F.
19. O Código Penal especifica, dentre os crimes contra a administração pública, aqueles praticados por funcionário público contra a administração em geral, nos artigos 312 a 327. Acerca do tema, é CORRETO afirmar:
- a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, corresponde ao crime de concussão.
  - b) Condescendência criminosa ocorre se o funcionário deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
  - c) O funcionário público que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, será punido pelo crime de excesso de exação.
  - d) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, retrata o crime de exercício funcional ilegalmente antecipado.
  - e) Peculato culposo ocorre quando um funcionário público recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

- 20.** De acordo com os artigos 1º a 8º da Lei nº 8429/1992, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A Lei de Improbidade Administrativa é aplicada em atos de improbidade praticados contra o patrimônio de autarquias federais.
  - b) A Lei de Improbidade Administrativa é aplicada àquele que, mesmo não sendo agente público, beneficie-se do ato de improbidade administrativa.
  - c) A Lei de Improbidade Administrativa considera agente público o estagiário da Caixa Econômica Federal.
  - d) A Lei de Improbidade Administrativa é aplicada em atos de improbidade praticados contra o patrimônio de fundação pública municipal.
  - e) As cominações da Lei de Improbidade Administrativa não são aplicadas ao sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público.
- 21.** Consoante às Disposições Penais previstas nos artigos 19 a 21 da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8429/1992, é CORRETO afirmar:
- a) O afastamento do agente público do exercício do cargo e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - b) Inexistem sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa dependentes da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
  - c) A aprovação das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas afastarão a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
  - d) A autoridade administrativa competente poderá determinar a suspensão do agente público, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
  - e) O Ministério Público, de ofício, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, para apurar qualquer ilícito previsto na Lei de Improbidade Administrativa.
- 22.** No termos do artigo 16 da Lei nº 8.112/1990, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor. Acerca do tema que trata sobre o provimento dos cargos públicos nos artigos 24 a 30 da mesma Lei, é CORRETO afirmar que:
- a) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
  - b) A readaptação poderá ocorrer tanto por invalidez como por interesse da Administração.
  - c) Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
  - d) Ocorre a recondução quando um servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado em decorrência da reintegração do anterior ocupante.
  - e) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

- 23.** Nos artigos 81 a 91 do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), quanto às disposições gerais acerca de possíveis licenças a serem pagas ao servidor público federal, é CORRETO afirmar:
- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, mediante comprovação por perícia médica oficial.
  - b) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença para capacitação.
  - c) A licença por motivo de afastamento do cônjuge será por prazo determinado.
  - d) O servidor terá direito à licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
  - e) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, ainda que esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- 24.** A Lei nº 8.112/1990 trata do Regime Disciplinar aplicável aos servidores públicos federais. Quanto às responsabilidades desses (artigos 121 a 126-A), está CORRETO o que se afirma em:
- a) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, no limite de sua remuneração.
  - b) Não são acumuláveis as sanções civis, penais e administrativas.
  - c) O servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
  - d) A responsabilidade civil pode decorrer de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo a terceiros.
  - e) A responsabilidade penal resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- 25.** Considerando os itens XIV e XV do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no que tange aos Deveres ou Vedações do Servidor Público, analise as proposições abaixo:
- I. Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
  - II. Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
  - III. Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
- Está CORRETO afirmar que é(são) dever(es) do servidor público, o disposto em:
- a) I e II, apenas.
  - b) II e III, apenas.
  - c) I e III, apenas.
  - d) III, apenas.
  - e) I, II, III.

## INFORMÁTICA

### » Técnico em Arquivo - CÓDIGO 33 «

26. Assinale a alternativa que NÃO diz respeito a um tipo de navegador (*browser*) *web*:
- a) Mozilla Firefox.
  - b) Internet Explorer.
  - c) Google Chrome.
  - d) Face Navigator.
  - e) Lynx.
27. Acerca dos sistemas operacionais *Windows 7* e *8*, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O *Windows 8* é o sucessor do *7*, e ambos são desenvolvidos pela *Microsoft*.
  - b) O *Windows 8* apresentou uma grande revolução na interface do *Windows*. Nessa versão, o botão “iniciar” não está sempre visível ao usuário.
  - c) É possível executar aplicativos desenvolvidos para *Windows 7* dentro do *Windows 8*.
  - d) O *Windows 8* possui um antivírus próprio, denominado *Kaspersky*.
  - e) O *Windows 7* possui versões direcionadas para computadores *x86* e *64 bits*.
28. Entre as funções do equipamento de rede *switch*, assinale a alternativa CORRETA:
- a) É utilizado para permitir a conexão de computadores dotados de adaptadores de rede sem fio.
  - b) Permite a troca de mensagens entre computadores na mesma rede.
  - c) É obrigatório para conectar dois computadores via cabo de rede.
  - d) Conecta computadores distintos, desde que estes possuam endereço *MAC* idêntico.
  - e) É utilizado para trocar a placa de rede de um computador.
29. Sobre o sistema operacional *Linux*, NÃO se pode afirmar:
- a) O *Linux* possui vários mecanismos de interface com o usuário, entre eles podemos citar o *KDE* e o *GNOME*.
  - b) O *Linux* foi desenvolvido por *Linus Torvalds*.
  - c) O nome do usuário administrador padrão é *root*.
  - d) As distribuições do *Linux* voltadas para o usuário final, como o *Ubuntu*, já possuem uma suíte de *Office* em seu disco de instalação.
  - e) É possível utilizar o *Microsoft Office* no *Linux* nativamente, sem a necessidade de instalação de outro *software* adicional.

30. Considere a imagem abaixo do *Libre Calc*:

	A	B	C	D
1	Nota 1	Nota 2	Média	Resultado
2	7,00	5,00	6,00	Reprovado

As células A2 e B2 possuem valores estáticos, ou seja, foram inseridos por um usuário. Porém, a célula C2 é o resultado de uma função envolvendo as células A2 e/ou B2, enquanto que a célula D2 é obtida a partir do valor de C2. Com base nessas informações, analise o quadro seguinte:

	Célula C2	Célula D2
I	=Média(A2;B2)	=SE(C2>5;"Aprovado";"Reprovado")
II	=Média(A2;B2)/2	=SE(C2>6;"Aprovado";"Reprovado")
III	=Média(A2;B2)	=SE(C2>7;"Aprovado";"Reprovado")
IV	=SOMA(A2;B2)/2	=SE(C2>7;"Aprovado";"Reprovado")

Considerando as funções que podem ser usadas nas células C2 e D2, está CORRETO o disposto apenas em:

- a) IV.
- b) III e IV.
- c) III.
- d) I.
- e) I e II.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### » Técnico em Arquivo - CÓDIGO 33 «

- 31.** A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Em sua Seção IV, que trata dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação, o art. 27 dispõe sobre a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, sendo que, para o grau de ultrassecreto, a classificação é de competência de um determinado grupo de autoridades:
- a) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões no exterior e Consulares permanentes no exterior.
  - b) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões no exterior e Consulares permanentes no exterior.
  - c) Presidente da República; Ministros de Estado; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões no exterior.
  - d) Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Chefes de Missões no exterior e Consulares permanentes no exterior.
  - e) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões no exterior.
- 32.** A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em sua Seção V, que trata das Informações Pessoais, no art. 31 dispõe que “o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais”. Em seu § 1º, item I, as informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de:
- a) 5 (cinco) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
  - b) 10 (dez) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
  - c) 25 (vinte e cinco) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
  - d) 50 (cinquenta) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
  - e) 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

- 33.** O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos discorre sobre os procedimentos e operações técnicas do sistema de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais (e-ARQ Brasil, 2011). No capítulo 6, da parte I, são tratados os procedimentos para: captura; avaliação, temporalidade e destinação; pesquisa, localização e apresentação dos documentos; segurança: controle de acesso, trilhas de auditoria e cópias de segurança; armazenamento; e preservação.

Assinale a alternativa que indica os objetivos do procedimento de captura:

- a) Identificar o documento como documento arquivístico; e demonstrar a relação orgânica dos documentos.
  - b) Demonstrar que o documento foi produzido ou recebido e capturado pelo sistema de gestão arquivística de documentos, assim como facilitar sua recuperação.
  - c) Estabelecer a relação orgânica dos documentos arquivísticos; assegurar que os documentos sejam identificados de forma consistente ao longo do tempo; auxiliar a recuperação de todos os documentos arquivísticos relacionados à determinada função ou atividade.
  - d) Ampliar as possibilidades de busca e facilitar a recuperação dos documentos, que pode ser feita de forma manual ou automática.
  - e) Prever controles de acesso e procedimentos de segurança que garantam a integridade dos documentos. Entre esses procedimentos, podem-se destacar o uso de controles técnicos e programáticos, diferenciando tipos de documentos, perfis de usuários e características de acesso aos dados, e a manutenção de trilhas de auditoria e de rotinas de cópias de segurança.
- 34.** São objetivos da Classificação, de acordo com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil, 2011), descritos no capítulo 6, da parte I:
- I. Atribuir o grau de sigilo e as restrições de acesso ao documento.
  - II. Estabelecer a relação orgânica dos documentos arquivísticos.
  - III. Assegurar que os documentos sejam identificados de forma consistente ao longo do tempo.
  - IV. Auxiliar a recuperação de todos os documentos arquivísticos relacionados a determinada função ou atividade.
  - V. Possibilitar a avaliação de um grupo de documentos de forma que os documentos associados sejam transferidos, recolhidos ou eliminados em conjunto.
  - VI. Registrar o grau de sigilo e as restrições de acesso no sistema de gestão arquivística de documentos.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, IV e VI.
- c) II, III, IV e V.
- d) II, III, IV e VI.
- e) III, IV, V e VI.

- 35.** O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) discorre sobre os procedimentos e operações técnicas do sistema de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais. Este documento indica que a “designação de responsabilidades é um dos fatores que garantem o êxito da gestão arquivística de documentos” (e-ARQ Brasil, 2011, p. 19).

Analise as descrições das funções abaixo e identifique qual descreve CORRETAMENTE os profissionais de arquivo.

- a) São os responsáveis pela viabilidade da política de gestão arquivística de documentos, cabendo a eles apoiar, integralmente, a implantação dessa política, alocando recursos humanos, materiais e financeiros e promovendo o envolvimento de todos no programa de gestão arquivística.
  - b) São os responsáveis por garantir que os membros de suas equipes produzam e mantenham documentos como parte de suas tarefas, de acordo com o programa de gestão arquivística de documentos.
  - c) São os responsáveis, em todos os níveis, pela produção e uso dos documentos arquivísticos em suas atividades rotineiras, conforme estabelecido pelo programa de gestão.
  - d) São responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, nos quais os documentos arquivísticos digitais são gerados e usados, e pela operacionalização dos sistemas de computação e de comunicação.
  - e) São os responsáveis pelo planejamento e implantação do programa de gestão arquivística, assim como pela avaliação e controle dos trabalhos executados no âmbito do programa. Além disso, os profissionais de arquivo são responsáveis também pela disseminação das técnicas e da cultura arquivística.
- 36.** Existem diferentes definições para o termo metadados na literatura especializada. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) adota uma definição em seus documentos. Identifique abaixo a definição que pode ser encontrada na Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis em instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
- a) Estrutura de elementos que identifica de forma unívoca e persistente os componentes digitais armazenados no repositório gerenciado pelo Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).
  - b) Conjunto de dados utilizados para descrever elementos contidos em fichas de catalogação.
  - c) Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.
  - d) Informação descritiva que é a base para a descoberta de efeitos, localização, duração, e agentes responsáveis associados com um determinado elemento.
  - e) Protocolo para intercâmbio de dados e informações entre estruturas de repositórios digitais.

- 37.** Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, entende-se como ciclo vital dos documentos:
- A credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e de que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção.
  - As sucessivas fases por que passam os documentos arquivísticos, de sua produção à guarda permanente ou eliminação.
  - A credibilidade de um documento arquivístico enquanto afirmação de um fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no seu processo de criação.
  - A propriedade de certos dados ou informações que não podem ser disponibilizadas ou divulgadas sem autorização para pessoas, entidades ou processos.
  - A propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada.
- 38.** Um repositório digital é um conjunto de elementos que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por *hardware*, *software* e *metadados*, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos.

Identifique abaixo o conjunto destas situações nas quais tal ambiente tem sido empregado:

- Biblioteca digital; acervo de obras de arte digitais; depósito legal de material digital; curadoria de dados digitais de pesquisa; arquivo corrente e intermediário (em associação com um SIGAD); e arquivo permanente.
- Biblioteca digital; gestão eletrônica de documentos; biblioteca virtual; arquivo permanente; acervo de obras de arte digitais; depósito legal de material digital; curadoria de dados digitais de pesquisa; e automação de empresas.
- Gestão eletrônica de documentos; arquivo corrente e intermediário (em associação com um SIGAD); arquivo permanente; curadoria de dados digitais de pesquisa; e como sistema de apoio à decisão.
- Base para teses e dissertações; gestão eletrônica de documentos; biblioteca virtual; sistema para gestão do conhecimento; acervo de obras de arte digitais; e depósito legal de material digital.
- Biblioteca digital; acervo de obras de arte digitais; sistema para editoração de periódicos digitais; curadoria de dados digitais de pesquisa; e sistema para gestão de relacionamento com clientes e usuários.

- 39.** Dentre os vinte e oito elementos de descrição disponíveis na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sete são obrigatórios, a saber:
- a) Código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso.
  - b) Objetivo; código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es).
  - c) Objetivo; regra(s) geral(is) aplicável(is); título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es).
  - d) Título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); comentários; procedimentos que detalhem a(s) regra(s) geral(is).
  - e) Título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; código de referência; comentários; procedimentos que detalhem a(s) regra(s) geral(is).

- 40.** No texto “Gestão Documental em Ambientes Empresariais”, apresentado por Marta Lígia Pomim Valentim (2012), a autora entende que:

“a gestão documental abrange os procedimentos de produção, seleção, organização, controle, armazenamento, conservação, acesso, disseminação e destinação de documentos. A GD é particularmente importante em ambientes eletrônicos, visto que os documentos gerados nem sempre são gerenciados eficientemente caso o sistema não tenha sido projetado para tal.”

Nesse contexto, qual atividade descrita abaixo NÃO está relacionada com ciclo documental?

- a) Identificar e mapear os processos documentais; identificar e mapear os fluxos documentais.
- b) Analisar funcionalmente os documentos em relação à situação organizacional (responsabilidade, autoridade, tarefas etc.).
- c) Analisar os documentos em relação à legislação que está em elaboração e discussão no Congresso Nacional.
- d) Gerenciar condições (estrutural, normativa e tecnológica) que permitam provar a autenticidade, confiabilidade e consistência dos documentos.
- e) Gerenciar a interação dos sistemas de gestão documental, caso haja mais de um tipo ou caso haja um ambiente híbrido (papel, eletrônico e digital convivendo ao mesmo tempo), visando a uma gestão mais eficiente.

- 41.** Para fins do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, entende-se por microfilme o resultado do processo de:
- Diagramação em filme, de documentos, dados, arranjos e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução.
  - Organização em filme, de documentos, dados, arranjos e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução.
  - Reprodução em filme, de documentos, dados e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução.
  - Organização e preservação em filme, de documentos, dados e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução.
  - Organização, diagramação, preservação e reprodução em filme, de documentos, dados, arranjos e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução.
- 42.** Consideram-se arquivos públicos, segundo a Lei nº 8.159/1991 e o Decreto nº 4.073/2002, os conjuntos de documentos:
- Produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas no exercício de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
  - Produzidos e recebidos por órgãos públicos no âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
  - Produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
  - Identificados como de interesse público e social, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
  - Produzidos e recebidos pelo Arquivo Nacional e os arquivos do Poder Executivo e Poder Legislativo Federal.
- 43.** No bojo do conceito de gestão arquivística de documentos, está a teoria de que os documentos passam por três idades, de acordo com a frequência de uso por seus geradores e a identificação de seus valores primário e secundário, a saber:
- Idade corrente, idade intermediária e idade permanente.
  - Idade de guarda, idade de preservação e idade de divulgação.
  - Idade corrente, idade de guarda e idade de acesso.
  - Idade de preservação, idade de acesso e idade de divulgação.
  - Idade intermediária, idade permanente e idade de divulgação.

- 44.** É necessário o desenvolvimento de uma série de instrumentos para apoiar os procedimentos e operações técnicas de gestão arquivística de documentos. Como instrumento principal tem-se:
- a) Glossário.
  - b) Vocabulário controlado.
  - c) Tesouro.
  - d) Tabela de temporalidade.
  - e) Gestão Eletrônica de Documentos (GED).
- 45.** Observe a definição a seguir: “Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro”. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, essa descrição diz respeito a:
- a) Vocabulário controlado.
  - b) Cartas régias.
  - c) Tipologia documental.
  - d) Gestão arquivística.
  - e) Emulação.
- 46.** À sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido, dá-se o nome de:
- a) Glossário.
  - b) Índice.
  - c) Arranjo.
  - d) Sinalética.
  - e) Inventário.
- 47.** Quando houver conveniência ou por medida de segurança, poderão, excepcionalmente, ser microfilmados documentos ainda não arquivados, desde que:
- a) Exista a identificação do detentor dos documentos microfilmados.
  - b) Seja anotada a descrição de quaisquer irregularidades constatadas.
  - c) Sejam utilizados equipamentos de reprodução e técnicas de armazenamento que assegurem ao microfilme alto poder de definição.
  - d) Autorizados por autoridade competente.
  - e) Após a microfilmagem, os documentos sejam eliminados, precedida de lavratura de termo próprio e após a revisão e a extração de filme cópia.

- 48.** Sobre as competências do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), é CORRETO afirmar que:
- a) Promove a gestão, a preservação e o acesso às informações e aos documentos na sua esfera de competência, em conformidade com as diretrizes e normas emanadas do órgão central.
  - b) Garante a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente, bem como dissemina, em sua área de atuação, as diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central, zelando pelo seu cumprimento.
  - c) Promove o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas.
  - d) Promove a integração e a modernização dos arquivos em sua esfera de atuação e garante a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente.
  - e) Institui a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.
- 49.** A tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico que tem por objetivo definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação daqueles que dela necessitem. Com relação à estrutura básica da tabela de temporalidade, esta deve contemplar os campos:
- a) Assunto, prazo de guarda, destinação final e observações.
  - b) Palavras-chave, prazo de guarda e destinação final.
  - c) Assunto e destinação final.
  - d) Assunto, palavras-chave e observações.
  - e) Palavras-chave, destinação final e observações.
- 50.** As atividades de protocolo são constituídas pelo conjunto de operações que visam ao controle dos documentos produzidos e recebidos que tramitam no órgão ou entidade, assegurando sua localização, recuperação e acesso. Após o recebimento dos documentos, qual o conjunto de operações básicas encarregadas pelo serviço de protocolo?
- a) Retenção dos documentos, por determinado período, no arquivo corrente do órgão ou entidade que os gerou.
  - b) Eliminação de todas as cópias dos documentos, inclusive cópias de segurança e cópias de preservação, independentemente do suporte.
  - c) Registro de todos os acessos, tentativas de acesso e uso dos documentos (visualização, impressão, transmissão e cópia para a área de transferência), com identificação de usuário, data, hora e, se possível, estação de trabalho.
  - d) Registro, atribuindo-lhes número e data de entrada, anotando o código de classificação e o assunto e procedendo à distribuição dos documentos nas unidades destinatárias.
  - e) Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para avaliar, objetivamente, o sistema de gestão arquivística de documentos.